



SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO SOCIAL ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Atualidades
- ▶ Lei Orgânica do Distrito Federal
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo e Assistência Social
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEDES DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Especialista em Assistência
Social- Serviço Social

CÓD: SL-076AB-26
7908433295242

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Domínio da ortografia oficial	17
3. Acentuação gráfica.....	19
4. Domínio da estrutura morfosintática do período	21
5. Emprego dos sinais de pontuação	25
6. Substituição de conectores.....	27
7. Domínio dos mecanismos de coesão e coerência	28
8. Emprego do sinal indicativo de crase.....	29
9. Colocação dos pronomes átonos	30
10. Concordância verbal e nominal	31
11. Regência verbal e nominal.....	35
12. Sinonímia e antonímia; Denotação e conotação	38

Atualidades

1. Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como: desenvolvimento sustentável, ecologia, tecnologia, energia, política, economia, sociedade, relações internacionais e seus conflitos, educação, saúde, segurança e artes e literatura e suas vinculações históricas.....	49
2. Atualidades e contextos históricos, geográficos, sociais, políticos, econômicos e culturais referentes ao Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE	49

Lei Orgânica do Distrito Federal

1. Dos Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal.....	65
2. Da organização do Distrito Federal: Da Organização Administrativa do Distrito Federal; Dos Servidores Públicos	66
3. Da Assistência Social.....	68

Noções de Direito Constitucional

1. Constituição: conceito, classificação e assistência social.....	73
2. Normas Constitucionais relativas à Administração e aos Servidores Públicos.....	78
3. Direitos e Garantias Fundamentais; Os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988 (artigos 5.º ao 15.º)	85
4. Organização do Estado.....	93

Direito Administrativo e Assistência Social

1. Administração Pública	105
2. Poder Hierárquico	108
3. Ato Administrativo	110

ÍNDICE

4. Servidor Público; Agentes Públicos.....	123
5. Órgãos.....	135
6. Lei Complementar nº 840/2011 e respectivas atualizações.....	137
7. Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	172
8. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	172
9. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).....	177
10. Serviços de proteção Social Básica.....	180
11. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).....	184
12. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	188
13. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC).....	191
14. Norma Operacional Básica - NOBSUAS.....	194
15. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/2009).....	194
16. Legislação e respectivas atualizações: Lei 11.340/2006.....	215
17. Lei nº 10.741/2003.....	222
18. Decreto 7.053/2009.....	233
19. Lei nº 8069/90.....	235
20. Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994).....	275
21. Lei 8.742/1993.....	277

Conhecimentos Específicos Especialista em Assistência Social - Serviço Social

1. As condições sócio-históricas do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil e suas interpretações.....	293
2. Serviço Social e a produção e reprodução das relações sociais.....	295
3. A natureza do Serviço Social, áreas e campos de atuação profissional.....	297
4. As perspectivas e demandas contemporâneas para o trabalho do assistente social.....	299
5. As formas de organização política e acadêmica dos profissionais de Serviço Social.....	301
6. Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social.....	303
7. A construção da ética profissional, a deontologia e a deceologia: valores e implicações no exercício profissional.....	306
8. A trajetória da ética na história do Serviço Social.....	307
9. A construção e significado do projeto ético-político profissional.....	309
10. Lei nº 8.662/93; Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares.....	311
11. Os Princípios da Ética em Pesquisa e suas implicações para intervenção de assistentes sociais.....	313
12. A distinção entre conhecimento acadêmico e senso comum.....	314
13. Os principais métodos e abordagens na investigação em Pesquisa Social.....	318
14. A estrutura metodológica do projeto de pesquisa.....	323
15. As políticas sociais nas sociedades capitalistas e a questão da cidadania.....	325
16. As interpretações sobre concepções, natureza e desenvolvimento das políticas sociais nos seguintes paradigmas: marxismo, liberalismo clássico, neoliberalismo e social-democracia.....	326
17. O capitalismo monopolista e a emergência e desenvolvimento do “welfare state” europeu e das políticas sociais brasileiras.....	330

ÍNDICE

18. O debate sobre a “crise” das políticas sociais. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico-prático na política social	333
19. A teoria das organizações e processo de gestão nas esferas públicas e privadas.....	336
20. As escolas de administração	339
21. As novas modalidades de gestão	341
22. Bases conceituais e históricas do planejamento econômico e social	343
23. Planejamento e gestão das políticas sociais	345
24. A experiência brasileira de planejamento.....	348
25. Processo e ciclo orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)	352
26. Contexto e marco analítico das reformas e contra reformas do Estado e planejamento social	355
27. Metodologias de Planejamento.....	358
28. O planejamento estratégico e a articulação de atores sociais.....	361

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:
“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”
- **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.
- **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.
- **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”
- **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.
- **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.
- **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”
- **Canal:** E-mail corporativo.

► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

- **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.
- **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.
- **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
- (B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação

Para reconhecer pressuposições:

- Pergunte-se: “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

ATUALIDADES

DOMÍNIO DE TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECOLOGIA, TECNOLOGIA, ENERGIA, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS CONFLITOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA E ARTES E LITERATURA E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à compreensão do mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte

do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

ATUALIDADES E CONTEXTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS REFERENTES AO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO – RIDE

FORMAÇÃO HISTÓRICA DE BRASÍLIA, DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO

► Antecedentes da interiorização da capital

A transferência da capital brasileira para o interior do território nacional não foi uma ideia surgida de forma repentina no século XX. Ao contrário, tratou-se de um projeto antigo, ligado à necessidade de fortalecer a ocupação do espaço interno, reduzir vulnerabilidades geopolíticas do litoral e promover maior integração territorial. Ainda no período colonial, já existia a percepção de que a excessiva concentração política e administrativa no litoral deixava o centro decisório do país mais exposto e contribuía para uma ocupação territorial desequilibrada. Essa visão amadureceu ao longo do Império e ganhou maior densidade política após a Independência.

No século XIX, a proposta de deslocamento da capital passou a ser associada à construção de um Estado nacional mais coeso. José Bonifácio de Andrada e Silva, figura central da formação política do Brasil independente, defendeu a interiorização e chegou a sugerir o nome “Brasília” para a futura capital. A ideia possuía

forte conteúdo simbólico: fundar uma capital no interior significava projetar um país voltado para si mesmo, para sua unidade territorial e para um futuro de expansão econômica e administrativa. Não era apenas uma mudança de sede governamental, mas a afirmação de um novo eixo de desenvolvimento nacional.

Com a República, essa proposta ganhou impulso institucional. A Constituição de 1891 previu a possibilidade de estabelecimento da futura capital em uma área do Planalto Central. Em seguida, foi organizada a chamada Missão Cruls, expedição científica que percorreu a região e delimitou uma área considerada adequada para a implantação da nova capital. O trabalho da missão foi decisivo porque não se limitou à simples demarcação de terras: ele reuniu informações sobre relevo, clima, recursos hídricos, vegetação e condições gerais de ocupação, oferecendo bases técnicas para um projeto que, embora não fosse executado imediatamente, passou a contar com maior fundamentação. Conforme o material de referência, essa primeira delimitação ficou conhecida como Quadrilátero Cruls, marco importante na história territorial da futura capital.

► Projeto político de transferência da capital para o Planalto Central

A interiorização da capital brasileira foi, ao longo do tempo, convertida em projeto de Estado. Mesmo prevista constitucionalmente e defendida por diversos setores políticos e intelectuais, sua implementação encontrou obstáculos financeiros, logísticos e institucionais. A distância dos grandes centros, a precariedade dos meios de transporte e a magnitude da obra exigiam um governo disposto a assumir elevados custos políticos e materiais. Foi somente na década de 1950, em um contexto de forte discurso desenvolvimentista, que o projeto se tornou viável.

O governo de Juscelino Kubitschek foi o grande responsável por transformar a antiga aspiração em realidade concreta. Inserida no Plano de Metas, a construção de Brasília expressava a ideia de modernização acelerada do país, sintetizada no lema de realizar “cinquenta anos em cinco”. A nova capital passou a representar, simultaneamente, integração territorial, racionalização administrativa, desenvolvimento econômico e afirmação de uma identidade nacional moderna. Assim, Brasília nasceu vinculada não apenas à política institucional, mas a uma visão de futuro para o Brasil.

A escolha do Planalto Central possuía razões práticas e simbólicas. Em termos geográficos, a posição central favorecia a articulação com diferentes regiões do país. Em termos políticos, a nova capital deveria romper com a tradição litorânea e incentivar a ocupação do interior. Em termos ideológicos, sua construção era apresentada como sinal de progresso, técnica e confiança no potencial transformador da ação estatal. Desse modo, Brasília foi concebida como cidade-síntese: capital administrativa, símbolo de unidade nacional e vitrine da modernidade brasileira.

► Construção de Brasília e o papel dos candangos

A construção de Brasília constituiu um dos episódios mais marcantes da história brasileira do século XX. Em 1956, com o início efetivo das obras, o projeto ganhou velocidade extraordinária. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap, foi criada

urbanístico, vencido por Lúcio Costa, cuja proposta ficou célebre pela simplicidade formal e pela concepção funcional do espaço urbano. Oscar Niemeyer, por sua vez, assumiu o desenho dos principais edifícios monumentais, conferindo à nova capital identidade arquitetônica singular.

Entretanto, a história de Brasília não pode ser reduzida aos nomes consagrados do urbanismo e da arquitetura. A cidade também foi erguida por milhares de trabalhadores vindos de diferentes partes do Brasil, sobretudo do Nordeste, de Minas Gerais e de Goiás. Esses trabalhadores, conhecidos como candangos, desempenharam papel central na construção física e humana da capital. Eles não apenas levantaram prédios, avenidas e estruturas públicas, mas também formaram os primeiros núcleos sociais permanentes da nova cidade.

O termo “candango” acabou adquirindo forte densidade histórica e simbólica. Ele remete à experiência do trabalho duro, da migração, da esperança de ascensão social e da participação anônima em uma obra monumental. Muitos desses trabalhadores chegaram ao Planalto Central em condições precárias, enfrentando dificuldades materiais, longas jornadas e carência de infraestrutura. Ainda assim, sua presença foi decisiva para a consolidação de Brasília. A capital, portanto, não é apenas resultado de um projeto técnico estatal; ela também é fruto do esforço coletivo de migrantes que passaram a integrar a própria identidade regional.

► Expansão urbana, cidades-satélites e consolidação das regiões administrativas

A inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, não encerrou o processo de formação territorial do Distrito Federal. Pelo contrário, a cidade planejada passou, desde cedo, a conviver com intensos processos de expansão urbana. Durante a construção da capital, diversos acampamentos foram organizados para abrigar trabalhadores e suas famílias. O primeiro deles, a Cidade Livre, mais tarde transformada em Núcleo Bandeirante, é exemplo claro de como a ocupação periférica acompanhou a implantação do Plano Piloto. Ao redor do núcleo central planejado, outros assentamentos foram surgindo e, com o tempo, consolidaram-se como cidades-satélites, posteriormente denominadas regiões administrativas.

Esse movimento revela uma característica fundamental da formação do Distrito Federal: a coexistência entre planejamento rigoroso no centro e crescimento mais acelerado e desigual nas áreas periféricas. O Plano Piloto foi concebido segundo parâmetros urbanísticos definidos, mas a dinâmica demográfica e migratória rapidamente ultrapassou a capacidade inicial do projeto. A necessidade de moradia para trabalhadores, servidores, comerciantes e populações de baixa renda impulsionou a criação e expansão de núcleos urbanos fora da área central.

Ao longo das décadas, essas áreas ganharam densidade populacional, infraestrutura própria e funções urbanas diversificadas. Muitas delas deixaram de ser espaços meramente residenciais para se converter em polos econômicos, comerciais e culturais relevantes dentro do Distrito Federal. Essa evolução ajuda a compreender por que a realidade territorial do DF é muito mais complexa do que a imagem tradicional de Brasília restrita ao Plano Piloto. O Distrito Federal é composto por múltiplas regiões administrativas, com perfis sociais, econômicos e urbanísticos bastante distintos.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO DISTRITO FEDERAL

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Sob a proteção de Deus, nós, Deputados Distritais, legítimos representantes do povo do Distrito Federal, investidos de Poder Constituinte, respeitando os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos a presente Lei Orgânica, que constitui a Lei Fundamental do Distrito Federal, com o objetivo de organizar o exercício do poder, fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana.

TÍTULO I DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 1º O Distrito Federal, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observados os princípios constitucionais, reger-se-á por esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 2º O Distrito Federal integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como valores fundamentais:

- I - a preservação de sua autonomia como unidade federativa;
- II - a plena cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, características genéticas, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição, observada a Constituição Federal. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 65 de 30/08/2013)

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

I - garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;

III - preservar os interesses gerais e coletivos;

IV - promover o bem de todos;

V - proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;

VI - dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social;

VII - garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

VIII - preservar sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades;

IX - valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.

X - assegurar, por parte do poder público, a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e das testemunhas de infrações penais e de seus respectivos familiares. (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 6 de 14/10/1996)

XI - zelar pelo conjunto urbanístico de Brasília, tombado sob a inscrição nº 532 do Livro do Tombo Histórico, respeitadas as definições e critérios constantes do Decreto nº 10.829, de 2 de outubro de 1987, e da Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 12 de 12/12/1996)

XII - promover, proteger e defender os direitos da criança, do adolescente e do jovem. (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 73 de 23/04/2014)

XIII - valorizar a vida e adotar políticas públicas de saúde, de assistência e de educação preventivas do suicídio. (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 103 de 06/12/2017)

XIV - promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso. (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 115 de 08/10/2019)

Art. 4º É assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.

Art. 5º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: (Artigo regulamentado(a) pelo(a) Lei 5608 de 07/01/2016)

I - plebiscito; (Inciso regulamentado(a) pelo(a) Lei 1642 de 17/09/1997)

II - referendo; (Inciso regulamentado(a) pelo(a) Lei 1642 de 17/09/1997)

III - iniciativa popular.

DA ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL; DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(...)

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Art. 10. O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida.

§ 1º (Parágrafo Declarado(a) Inconstitucional pelo(a) ADI 20130020168653 de 12/07/2013)

§ 2º A remuneração dos Administradores Regionais não poderá ser superior à fixada para os Secretários de Estado do Distrito Federal. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 44 de 29/11/2005)

§ 3º A proibição de que trata o art. 19, § 8º, aplica-se à nomeação de administrador regional. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 60 de 20/12/2011)

Art. 11. As Administrações Regionais integram a estrutura administrativa do Distrito Federal.

Art. 12. (Artigo Declarado(a) Inconstitucional pelo(a) ADI 20130020168653 de 12/07/2013)

Art. 13. A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela-maioria absoluta dos Deputados Distritais.

Parágrafo único. Com a criação de nova região administrativa, fica criado, automaticamente, conselho tutelar para a respectiva região. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 83 de 20/08/2014)

(...)

**CAPÍTULO VI
DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 33. O Distrito Federal instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas, nos termos do art. 39 da Constituição Federal.

§ 1º No exercício da competência estabelecida no caput, serão ouvidas as entidades representativas dos servidores públicos por ela abrangidos.

§ 2º As entidades integrantes da administração pública indireta não mencionadas no caput instituirão planos de carreira para os seus servidores, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório deve observar: (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

I – a natureza, o grau de responsabilidade, as peculiaridades e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

II – os requisitos para a investidura. (Inciso acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

§ 4º O Distrito Federal deve manter escola de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos com os demais entes federados ou suas entidades. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

§ 5º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Secretários de Estado, os administradores regionais e os demais casos previstos na Constituição Federal são remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 19, IX e X. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

§ 6º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira pode ser fixada nos termos do § 5º. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

§ 7º Lei complementar pode estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 19, X. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

§ 8º Os Poderes Executivo e Legislativo devem publicar, até 31 de janeiro de cada ano, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

§ 9º A lei deve disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 80 de 31/07/2014)

Art. 34. A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou local de trabalho.

Art. 35. São direitos dos servidores públicos, sujeitos ao regime jurídico único, além dos assegurados no § 2º do art. 39 da Constituição Federal, os seguintes:

I - gratificação do titular quando em substituição ou designado para responder pelo expediente;

II - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultado ao Poder Público conceder a compensação de horários e a redução da jornada, nos termos da lei;

III - proteção especial à servidora gestante ou lactante, inclusive mediante a adequação ou mudança temporária de suas funções, quando for recomendável a sua saúde ou a do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

► Conceito de Constituição

A Constituição é a norma suprema que rege a organização de um Estado Nacional.

Por não haver na doutrina um consenso sobre o conceito de Constituição, faz-se importante o estudo das diversas concepções que o englobam. Então vejamos:

Constituição Sociológica:

Idealizada por Ferdinand Lassalle, em 1862, é aquela que deve traduzir a soma dos fatores reais de poder que rege determinada nação, sob pena de se tornar mera folha de papel escrita, que não corresponde à Constituição real.

Constituição Política:

Desenvolvida por Carl Schmitt, em 1928, é aquela que decorre de uma decisão política fundamental e se traduz na estrutura do Estado e dos Poderes e na presença de um rol de direitos fundamentais. As normas que não traduzirem a decisão política fundamental não serão Constituição propriamente dita, mas meras leis constitucionais.

Constituição Jurídica:

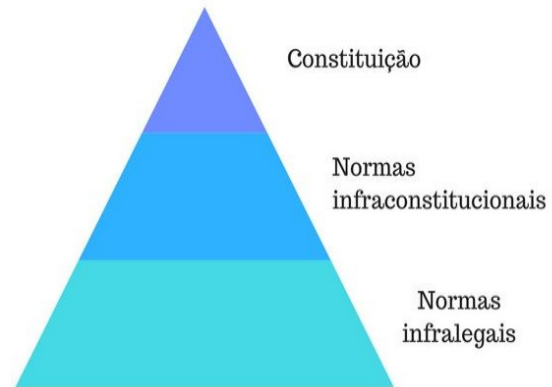
Fundada nas lições de Hans Kelsen, em 1934, é aquela que se constitui em norma hipotética fundamental pura, que traz fundamento transcendental para sua própria existência (sentido lógico-jurídico), e que, por se constituir no conjunto de normas com mais alto grau de validade, deve servir de pressuposto para a criação das demais normas que compõem o ordenamento jurídico (sentido jurídico-positivo).

Na concepção jurídico-positiva de Hans Kelsen, a Constituição ocupa o ápice da pirâmide normativa, servindo como paradigma máximo de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Ou seja, as leis e os atos infralegais são hierarquicamente inferiores à Constituição e, por isso, somente serão válidos se não contrariarem as suas normas.

Abaixo, segue a imagem ilustrativa da Pirâmide Normativa:

Pirâmide Normativa:



Como Normas Infraconstitucionais entendem-se as Leis Complementares e Ordinárias;

Como Normas Infralegais entendem-se os Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções, etc.

Constitucionalismo:

Canotilho define o constitucionalismo como uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade.

Neste sentido, o constitucionalismo moderno representará uma técnica específica de limitação do poder com fins garantísticos.

O conceito de constitucionalismo transporta, assim, um claro juízo de valor. É, no fundo, uma teoria normativa da política, tal como a teoria da democracia ou a teoria do liberalismo.

Partindo, então, da ideia de que o Estado deva possuir uma Constituição, avança-se no sentido de que os textos constitucionais contêm regras de limitação ao poder autoritário e de prevalência dos direitos fundamentais, afastando-se a visão autoritária do antigo regime.

► Poder Constituinte Originário, Derivado e Decorrente - Reforma (Emendas e Revisão) e Mutação da Constituição

Canotilho afirma que o poder constituinte tem suas raízes em uma força geral da Nação. Assim, tal força geral da Nação atribui ao povo o poder de dirigir a organização do Estado, o que se convencionou chamar de poder constituinte.

Munido do poder constituinte, o povo atribui parcela deste a órgãos estatais especializados, que passam a ser denominados de Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Portanto, o poder constituinte é de titularidade do povo, mas é o Estado, por meio de seus órgãos especializados, que o exerce.

Poder Constituinte Originário:

É aquele que cria a Constituição de um novo Estado, organizando e estabelecendo os poderes destinados a reger os interesses de uma sociedade. Não deriva de nenhum outro poder, não sofre qualquer limitação na órbita jurídica e não se subordina a nenhuma condição, por tudo isso é considerado um poder de fato ou poder político.

Poder Constituinte Derivado:

Também é chamado de Poder instituído, de segundo grau ou constituído, porque deriva do Poder Constituinte originário, encontrando na própria Constituição as limitações para o seu exercício, por isso, possui natureza jurídica de um poder jurídico.

Poder Constituinte Derivado Decorrente:

É a capacidade dos Estados, Distrito Federal e unidades da Federação elaborarem as suas próprias Constituições (Lei Orgânica), no intuito de se auto-organizarem. O exercente deste Poder são as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Poder Constituinte Derivado Reformador:

Pode editar emendas à Constituição. O exercente deste Poder é o Congresso Nacional.

Mutação da Constituição:

A interpretação constitucional deverá levar em consideração todo o sistema. Em caso de antinomia de normas, buscar-se-á a solução do aparente conflito através de uma interpretação sistemática, orientada pelos princípios constitucionais.

Assim, faz-se importante diferenciarmos reforma e mutação constitucional. Vejamos:

- **Reforma Constitucional** seria a modificação do texto constitucional, através dos mecanismos definidos pelo poder constituinte originário (emendas), alterando, suprimindo ou acrescentando artigos ao texto original.

- **Mutações Constitucionais** não seria alterações físicas, palpáveis, materialmente perceptíveis, mas sim alterações no significado e sentido interpretativo de um texto constitucional. A transformação não está no texto em si, mas na interpretação daquela regra enunciada. O texto permanece inalterado.

As mutações constitucionais, portanto, exteriorizam o caráter dinâmico e de prospecção das normas jurídicas, através de processos informais. Informais no sentido de não serem previstos dentre aquelas mudanças formalmente estabelecidas no texto constitucional.

Métodos de Interpretação Constitucional:

A hermenêutica constitucional tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das normas constitucionais. É a ciência que fornece a técnica e os princípios segundo os quais o operador do Direito poderá apreender o sentido social e jurídico da norma

constitucional em exame, ao passo que a interpretação consiste em desvendar o real significado da norma. É, enfim, a ciência da interpretação das normas constitucionais.

A interpretação das normas constitucionais é realizada a partir da aplicação de um conjunto de métodos hermenêuticos desenvolvidos pela doutrina e pela jurisprudência. Vejamos cada um deles:

Método Hermenêutico Clássico:

Também chamado de método jurídico, desenvolvido por Ernest Forsthoff, considera a Constituição como uma lei em sentido amplo, logo, a arte de interpretá-la deverá ser realizada tal qual a de uma lei, utilizando-se os métodos de interpretação clássicos, como, por exemplo, o literal, o lógico-sistemático, o histórico e o teleológico.

- **Literal ou gramatical:** examina-se separadamente o sentido de cada vocábulo da norma jurídica. É tida como a mais singela forma de interpretação, por isso, nem sempre é o mais indicado;

- **Lógico-sistemático:** conduz ao exame do sentido e do alcance da norma de forma contextualizada ao sistema jurídico que integra. Parte do pressuposto de que a norma é parcela integrante de um todo, formando um sistema jurídico articulado;

- **Histórico:** busca-se no momento da produção normativa o verdadeiro sentido da lei a ser interpretada;

- **Teleológico:** examina o fim social que a norma jurídica pretendeu atingir. Possui como pressuposto a intenção do legislador ao criar a norma.

Método Tópico-Problemático:

Este método valoriza o problema, o caso concreto. Foi idealizado por Theodor Viehweg. Ele interpreta a Constituição tentando adaptar o problema concreto (o fato social) a uma norma constitucional. Busca-se, assim, solucionar o problema “encaixando” em uma norma prevista no texto constitucional.

Método Hermenêutico-Concretizador:

Seu principal mentor foi Konrad Hesse. Concretizar é aplicar a norma abstrata ao caso concreto.

Este método reconhece a relevância da pré-compreensão do intérprete acerca dos elementos envolvidos no texto constitucional a ser desvendado.

A reformulação desta pré-compreensão e a subsequente releitura do texto normativo, com o posterior contraponto do novo conteúdo obtido com a realidade social (movimento de ir e vir) deve-se repetir continuamente até que se chegue à solução ótima do problema. Esse movimento é denominado círculo hermenêutico ou espiral hermenêutica.

Método Científico-Espiritual:

Desenvolvido por Rudolf Smend. Baseia-se no pressuposto de que o intérprete deve buscar o espírito da Constituição, ou seja, os valores subjacentes ao texto constitucional.

É um método marcadamente sociológico que analisa as normas constitucionais a partir da ordem de valores imanentes do texto constitucional, a fim de alcançar a integração da Constituição com a realidade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa, Administrativa e Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Inferre-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função típica	Legislar	Administrativa	Judiciária
Atribuição	Redigir e organizar o regimento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.

AMOSTRA

Além do exercício da função típica, cada poder pode ainda exercer as funções destinadas a outro poder, é o que denominamos de exercício de **FUNÇÃO ATÍPICA**. Vejamos:

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função atípica	tem-se como função atípica desse poder, por ser típica do Poder Judiciário: O julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade.	tem-se por função atípica desse poder, por ser típica do Poder Legislativo: A edição de Medida Provisória pelo Chefe do Executivo.	tem-se por função atípica desse poder, por ser típica do Poder Executivo: Fazer licitação para realizar a aquisição de equipamentos utilizados em regime interno.

Diante da difícil tarefa de conceituar o Direito Administrativo, uma vez que diversos são os conceitos utilizados pelos autores modernos de Direito Administrativo, sendo que, alguns consideram apenas as atividades administrativas em si mesmas, ao passo que outros, optam por dar ênfase aos fins desejados pelo Estado, abordaremos alguns dos principais posicionamentos de diferentes e importantes autores.

No entendimento de Carvalho Filho (2010), “o Direito Administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas, sendo, uma, de **caráter interno**, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem e, a outra, de **caráter externo**, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral.” (2010, Carvalho Filho, p. 26).

Como regra geral, o Direito Administrativo é conceituado como o ramo do direito público que cuida de princípios e regras que disciplinam a função administrativa abrangendo entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

Vale lembrar que, como leciona DIEZ, o Direito Administrativo apresenta, ainda, três características principais:

- 1 – constitui um **direito novo**, já que se trata de disciplina recente com sistematização científica;
- 2 – espelha um **direito mutável**, porque ainda se encontra em contínua transformação;
- 3 – é um **direito em formação**, não se tendo, até o momento, concluído todo o seu ciclo de abrangência.

Entretanto, o Direito Administrativo também pode ser conceituado sob os aspectos de diferentes óticas, as quais, no deslindar desse estudo, iremos abordar as principais e mais importantes para estudo, conhecimento e aplicação.

- **Ótica Objetiva:** Segundo os parâmetros da ótica objetiva, o Direito Administrativo é conceituado como o acoplado de normas que regulamentam a atividade da Administração Pública de atendimento ao interesse público.
- **Ótica Subjetiva:** Sob o ângulo da ótica subjetiva, o Direito Administrativo é conceituado como um conjunto de normas que comandam as relações internas da Administração Pública e as relações externas que são encadeadas entre elas e os administrados.

Nos moldes do conceito objetivo, o Direito Administrativo é tido como o objeto da relação jurídica travada, não levando em conta os autores da relação.

O conceito de Direito Administrativo surge também como elemento próprio em um regime jurídico diferenciado, isso ocorre por que em regra, as relações encadeadas pela Administração Pública ilustram evidente falta de equilíbrio entre as partes.

Para o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Fernando Correia, o Direito Administrativo é o sistema de normas jurídicas, diferenciadas das normas do direito privado, que regulam o funcionamento e a organização da Administração Pública, bem como a função ou atividade administrativa dos órgãos administrativos.

Correia, o intitula como um corpo de normas de Direito Público, no qual os princípios, conceitos e institutos distanciam-se do Direito Privado, posto que, as peculiaridades das normas de Direito Administrativo são manifestadas no reconhecimento à Administração Pública de prerrogativas sem equivalente nas relações jurídico-privadas e na imposição, em decorrência do princípio da legalidade, de limitações de atuação mais exatas do que as que auferem os negócios particulares.

Entende o renomado professor, que apenas com o aparecimento do Estado de Direito acoplado ao acolhimento do princípio da separação dos poderes, é que seria possível se falar em Direito Administrativo.

Oswaldo Aranha Bandeira de Mello aduz, em seu conceito analítico, que o Direito Administrativo juridicamente falando, ordena a atividade do Estado quanto à organização, bem como quanto aos modos e aos meios da sua ação, quanto à forma da sua própria ação, ou seja, legislativa e executiva, por intermédio de atos jurídicos normativos ou concretos, na consecução do seu fim de criação de utilidade pública, na qual participa de forma direta e imediata, e, ainda como das pessoas de direito que façam as vezes do Estado.

- **Observação importante:** Note que os conceitos classificam o Direito Administrativo como Ramo do Direito Público fazendo sempre referência ao interesse público, ao inverso do Direito Privado, que cuida do regulamento das relações jurídicas entre particulares, o Direito Público, tem por foco regular os interesses da sociedade, trabalhando em prol do interesse público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUAS INTERPRETAÇÕES

RAÍZES SÓCIO-HISTÓRICAS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (ATÉ 1930)

► Contexto socioeconômico e político do pós-Abolição

O período que se estende da Abolição da escravidão, em 1888, à Revolução de 1930 foi marcado por transformações estruturais profundas na sociedade brasileira. A lenta transição de um modelo escravocrata-agrário para uma ordem republicana exigiu novos mecanismos de integração social num país ainda caracterizado por forte desigualdade de classe, concentração fundiária e incipiente industrialização. As cidades-portas, sobretudo nos estados do Sudeste, tornaram-se polos de atração de imigrantes europeus e migrantes internos, gerando tensões urbanas inéditas. Frente a esse quadro, emergiu a denominada “questão social”, expressão empregada pela nascente sociologia brasileira para designar a visibilidade dos conflitos de classe e dos problemas de pobreza, saúde pública e habitação. Esse cenário lançou as bases para a futura profissionalização do Serviço Social, na medida em que o Estado, setores empresariais, a Igreja Católica e entidades filantrópicas buscaram respostas organizadas para as novas demandas de proteção social.

► Influência da Igreja Católica e da ação filantrópica

Desde o período colonial, a Igreja Católica exerceu papel central na provisão de cuidados aos “desvalidos”. No final do século XIX, esse protagonismo intensificou-se com a ampliação das conferências vicentinas, associações caritativas femininas e obras de misericórdia. Inspiradas na Encíclica “Rerum Novarum” (1891), essas iniciativas passaram a defender uma solução moral e cristã para a tensão capital-trabalho, difundindo princípios de caridade, disciplina e reeducação do pobre. Embora de caráter voluntário, tais ações filantrópicas engendraram um saber-fazer assistencial sistematizado: visitas domiciliares, preenchimento de fichas sociais, encaminhamentos a serviços médicos e distribuição de mantimentos. Muitos dos procedimentos técnicos mais tarde incorporados pelos(as) assistentes sociais tiveram nessa experiência religiosa sua primeira forma embrionária, evidenciando a gênese moral da profissão.

► Primeiras iniciativas estatais de amparo social

Durante a Primeira República (1889-1930), o Estado brasileiro permaneceu limitado na oferta de proteção social, delegando-a majoritariamente à caridade privada. Ainda assim, algumas medidas pioneiras apontaram para uma futura institucionalização: o Decreto n.º 1.637/1907 criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões para ferroviários; a Inspeção de Higiene Infantil (1918) introduziu campanhas de combate à mortalidade infantil; e a Diretoria de Serviço Social do Ministério da Agricultura (1923) implementou ações de bem-estar dirigidas a trabalhadores portuários. Embora fragmentadas, tais iniciativas revelam a incorporação paulatina da “questão social” à agenda governamental, forçando a formulação de quadros técnicos com competências específicas em levantamento de dados, orientação familiar e educação sanitária.

O encontro desses fatores evidenciou a necessidade de um corpo de profissionais dotado de saber técnico, legitimidade ética e reconhecimento legal para mediar conflitos de classe, orientar famílias e articular políticas de assistência. A consolidação desse processo, entretanto, demandaria a ruptura do paradigma estritamente caritativo e a criação das primeiras escolas de Serviço Social, evento que se verificará apenas na década de 1930.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1930-1960)

► Transformações políticas e sociais do Estado Novo à Segunda República

A Revolução de 1930 instaurou uma experiência nacional-desenvolvimentista que deslocou o eixo decisório do poder das oligarquias regionais para o governo central, redefinindo a maneira como o Estado enfrentava a “questão social”. Ao decretar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, o regime Vargas integrou direitos trabalhistas, instituiu inspeções das condições de serviço e universalizou as caixas de aposentadorias, incorporando à máquina pública uma lógica de proteção social articulada à formação de um operariado urbano. Nesse contexto, o Serviço Social despontou como atividade estratégica para mediar conflitos entre capital e trabalho, promover a integração moral dos operários e operacionalizar políticas de bem-estar. O período pós-1945, ainda que marcado por oscilação democrática, manteve a exigência de quadros técnicos capazes de articular as crescentes demandas previdenciárias, educacionais e sanitárias, consolidando a presença do(a) assistente social em órgãos estatais, empresas de economia mista e fundações privadas.

► **Fundação das escolas de Serviço Social e consolidação do ensino**

As primeiras Escolas de Serviço Social surgiram em São Paulo (PUC-SP, 1936) e no Rio de Janeiro (PUC-RJ, 1937), apoiadas financeiramente pela Igreja Católica e orientadas por docentes estrangeiras formadas na tradição do social casework norte-americano. O currículo enfatizava disciplinas como Sociologia, Psicologia, Economia e Doutrina Social Cristã, articuladas a estágios supervisionados em hospitais, fábricas e comunidades paroquiais. Nos anos 1940, o modelo expandiu-se para Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com forte ênfase na formação feminina, já que o ofício era concebido como extensão do cuidado materno. A criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS, 1946) padronizou programas, definiu conteúdos mínimos e instituiu intercâmbios internacionais, legitimando o diploma como requisito para o exercício profissional e erigindo a formação acadêmica em eixo fundamental da identidade de classe da profissão.

► **Regulamentação jurídica e inserção institucional**

A Lei n.º 3.252, de 27 de agosto de 1957, reconheceu oficialmente o Serviço Social como profissão no território nacional, estabelecendo atribuições, campos de atuação e exigência de registro profissional. Ao legitimar o título de “assistente social”, a lei consolidou uma reserva de mercado, articulação que coincidiu com a expansão da Previdência Social (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — IAPI, dos Bancários — IAPB, entre outros). Nesses institutos, o(a) assistente social assumiu funções de levantamento socioeconômico de segurados, planejamento de serviços comunitários, administração de campanhas educativas e elaboração de relatórios para concessão de benefícios. O amparo legal possibilitou ainda a criação de Conselhos Estaduais de Serviço Social e fomentou a contratação em secretarias estaduais, organismos internacionais (UNICEF, UNESCO) e fundações empresariais, ampliando o raio de ação e consolidando sua relevância pública.

► **Matriz teórico-metodológica predominante e seus impactos**

A orientação católico-funcionalista, importada dos Estados Unidos e da Europa, permaneceu hegemônica até meados dos anos 1960. Fundada na perspectiva de ajustamento individual, valorizava técnicas de estudo de caso, entrevistas estruturadas, visitas domiciliares e planos de tratamento centrados na família. O(a) assistente social assumia o papel de mediador pedagógico, buscando recompor a harmonia social mediante aconselhamento e encaminhamento a recursos institucionais. Embora a crítica marxista posterior aponte o caráter conservador dessa abordagem, cumpre reconhecer que ela introduziu instrumentos de pesquisa social, princípios de sigilo profissional e práticas sistemáticas de planejamento de serviços — elementos fundamentais para a consolidação científico-técnica do campo.

► **Principais marcos do período**

- 1930 – Instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas e centralização das políticas sociais
- 1936 – Fundação da 1.ª Escola de Serviço Social (PUC-SP)

- 1943 – Promulgação da CLT, ampliando a demanda por profissionais de bem-estar
- 1946 – Criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)
- 1957 – Lei n.º 3.252 regulamenta oficialmente a profissão

Ao final da década de 1950, o Serviço Social brasileiro apresentava-se como profissão reconhecida, dotada de corpo de conhecimento próprio, rede de ensino formalizada e espaços de trabalho institucionalizados em empresas e órgãos estatais. Esse quadro, entretanto, seria atravessado por profundas tensões políticas e epistemológicas na década seguinte, abrindo espaço para o movimento de Renovação Crítica e a redefinição do seu projeto profissional.

**RENOVAÇÃO CRÍTICA E RECONFIGURAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL
(1960-PRESENTE)**

► **Contexto político e eclosão do Movimento de Reconceptualização (1960-1980)**

O início da década de 1960 coincidiu com o amadurecimento de críticas internas ao modelo católico-funcionalista predominante. A influência das Teologias da Libertação, do pensamento de Paulo Freire e da teoria marxista levou estudantes e docentes a questionarem a neutralidade técnica do Serviço Social. O golpe civil-militar de 1964, ao mesmo tempo em que reprimiu sindicatos e movimentos populares, tornou explícito o antagonismo entre prática profissional e autoritarismo estatal. Nos cursos universitários, seminários clandestinos discutiam dependência econômica, imperialismo e a função do bem-estar como mecanismo de controle de classe. Essa efervescência continental reverberou no célebre Seminário de Araxá (1967), no qual se propôs romper com a ótica assistencialista e adotar métodos de intervenção grupal e comunitária. A etapa seguinte, simbolizada pelo Seminário de Teresópolis (1970), radicalizou a perspectiva estrutural, propondo a análise das mediações históricas do capitalismo dependente. Entre 1975 e 1980, o debate sobre serviços sociais na América Latina consolidou a ideia de “reconcepção” — um processo de autocrítica coletiva que rejeitava o ajuste moral do pobre e reivindicava um Serviço Social comprometido com a emancipação da classe trabalhadora. Ainda sob censura, assistentes sociais articularam-se a pastorais operárias, associações de favelas e comissões de direitos humanos, redefinindo sua identidade profissional como prática política de resistência.

► **Consolidação do Projeto Ético-Político e regulamentação de 1993**

A redemocratização de 1985 abriu espaço para reformular marcos legais. O confronto de ideias amadurecido nos anos anteriores resultou em dois documentos-chave: o Código de Ética Profissional de 1986, que substituiu a noção de “caridade” pela de “justiça social”, e a Lei n.º 8.662/1993, que atualizou a regulamentação da profissão. Esse arcabouço consagrou valores de liberdade, cidadania e defesa intransigente dos direitos humanos, articulando-os ao “Projeto Ético-Político” — um horizonte estratégico que define a competência profissional como mediação técnico-operativa na luta por direitos universais. A herança liberal-conservadora foi formalmente superada, sendo



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!